

**SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES V e VI
TRIÊNIO ABRIL / 2009 – ABRIL / 2012**

LOCAL DE PROVA		PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA DATA: 13 de dezembro de 2008 DURAÇÃO: 04 HORAS INÍCIO: 08h TÉRMINO: 12h
RG	INSCRIÇÃO	
ASSINATURA DO CANDIDATO		

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 30 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 40 questões com quatro alternativas (**A, B, C e D**), das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão-resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. **Utilize somente caneta de tinta azul ou preta.**
Ex.:

A	B	C	D
---	----------	---	---
3. A leitora de marcas **não registrará** as respostas em que houver **falta de nitidez, uso de corretivo, marcação a lápis e/ou marcação de mais de uma letra.**
4. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
5. Verifique se o seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão-resposta. Se houver erro, comunique-o ao fiscal. Não se esqueça de assiná-lo.
6. Durante a prova, é vetado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato.
7. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos, tais como: régua de cálculo, dicionário, máquina de calcular, aparelho celular e outros similares, bem como qualquer outro material de consulta.
8. Ao terminar, entregue ao fiscal a prova e o **cartão-resposta** assinado, que é o único documento válido para correção.
9. Esta prova terá duração de 04 **horas**, com início às 08h e término às 12h.

PROVA OBJETIVA: Este Caderno de Prova contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, todas com 04 (quatro) alternativas. Verifique se o caderno está completo ou se há imperfeições. Nesses casos, informe, imediatamente, ao fiscal.	Marque seu cartão-resposta pintando completamente o quadrinho correspondente à sua resposta, conforme o modelo: <table border="1"><tr><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr></table>	A	B	C	D
A	B	C	D		

01. A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre:
- O sistema de controle de menores abandonados, pervertidos e delinquentes;
 - A doutrina da "situação irregular";
 - A caridade e a assistência em benefício de crianças e adolescentes carentes;
 - A proteção integral à criança e ao adolescente.
02. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º, estabelece a absoluta priorização na efetivação de direitos infanto-juvenis. Essa garantia de prioridade **não** compreende:
- A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
 - A precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
 - A preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
 - A destinação de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
03. Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, analise as opções abaixo e assinale a **CORRETA**:
- O poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado àquele que possuir melhores condições financeiras, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência;
 - Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse desses, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;
 - A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar;
 - A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas pela autoridade judicial ou pelo Conselho Tutelar, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado de seus deveres e obrigações.
- V. Os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, salvo o direito à herança, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- Todas as opções estão incorretas;
 - As opções I, II e IV estão incorretas;
 - As opções I, III, IV e V estão incorretas;
 - As opções III, IV e V estão incorretas.
04. O Presidente da República acaba de sancionar a Lei n.º 11.829, de 25 de novembro de 2008, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Para tanto, alterou a redação dos artigos 240 e 241 do ECA e acresceu os artigos 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E.
- Sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, é **CORRETO** afirmar:
- Os casos de suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais;
 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;
 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais, salvo opinião diversa dos pais ou responsáveis;
 - O inquérito policial, por ventura instaurado para apuração de violência sexual praticada contra crianças, só é válido quando há a efetiva participação em todos os atos de membro do Conselho Tutelar da localidade onde ocorreu o crime;

V. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

- a) As opções I, II e V estão corretas;
- b) As opções I, II e IV estão corretas;
- c) As opções II, III e IV estão corretas;
- d) As opções I, III e V estão corretas.

05. Sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, assinale a única opção **CORRETA**:

- a) Aos menores de quatorze anos de idade é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz;
- b) Aos menores de dezesseis anos de idade é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz;
- c) Aos menores de dezoito anos é proibido qualquer trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso, salvo na condição de aprendiz;
- d) Aos menores de quatorze anos de idade é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e com prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais.

06. O artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso LXXVI, assegura a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito aos reconhecidamente pobres. Por outro lado, a Lei de Registros Públicos - Lei n.º 6.015/73 - garante que não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva, assim como a isenção de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil aos reconhecidamente pobres. A mesma lei ainda proíbe a inserção nessas certidões de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes. Sobre o assunto e, levando em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a afirmação **INCORRETA**:

- a) As medidas de proteção aplicadas pelos Conselhos Tutelares e Juízes da Infância e da Juventude, previstas no ECA, serão acompanhadas da regularização do registro civil.
- b) Aos Cartórios é obrigatória a manutenção de registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;
- c) Verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será feito à vista dos elementos

disponíveis, mediante requisição da autoridade judiciária.

- d) É atribuição do Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

07. Sobre a violação de direitos praticada por crianças, analise as assertivas abaixo e marque a única opção **INCORRETA**:

- a) A legislação brasileira reconhece a possibilidade de crianças serem autoras de atos infracionais, mas diferenciou o atendimento a ser dispensado a elas e aos adolescentes;
- b) É atribuição do Conselho Tutelar atender à criança autora de ato infracional;
- c) Crianças autoras de atos infracionais não serão submetidas ao cumprimento de medidas sócioeducativas, salvo o abrigo, em casos de atos infracionais praticados com violência ou grave ameaça;
- d) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Marque a única opção **CORRETA** em cada uma das três próximas questões.

08. Sobre as atribuições dos Conselhos Tutelares:

- a) Serão fiscalizadas pelo Conselho Tutelar as entidades que executem abrigo, internação e semi-liberdade;
- b) O Conselho Tutelar comunicará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à autoridade judiciária sobre a inscrição dos programas governamentais e não-governamentais da respectiva localidade;
- c) Constitui infração administrativa o embaraço à ação do Conselho Tutelar no exercício de suas funções;
- d) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental poderá ter início mediante portaria do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.

09. São atribuições dos Conselhos Tutelares:

- a) O assessoramento ao Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- b) O acompanhamento de depoimentos de adolescentes acusados da prática de ato infracional em sede de inquéritos policiais;
- c) O fornecimento, quando solicitado pelo gestor escolar competente, e por motivo de força

- maior comprovado, de autorização para matrícula escolar em horário defeso em Lei;
- d) A celebração de acordos de guarda, tutela, pensão alimentícia, visitas parentais e partilha de bens móveis.
10. **NÃO** é atribuição dos Conselhos Tutelares:
- a) A suspensão ou destituição do poder familiar;
- b) O atendimento a crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- c) O atendimento e aconselhamento a pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- d) A providência da medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.
11. O ECA previu, como direito específico para crianças e adolescentes em situação de deficiência, **EXCETO**:
- a) O recebimento de atendimento de saúde especializado, por intermédio do Sistema Único de Saúde;
- b) Atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;
- c) A proteção no trabalho;
- d) A não incidência de medidas sócio-educativas restritivas de liberdade para adolescentes portadores de doença ou deficiência mental.
12. Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, o mandato do Conselheiro Tutelar é de três anos, permitida uma única recondução, sendo vedadas medidas de qualquer natureza que abreviem ou prorroguem esse período. Tomando em consideração este comando normativo, constante do art. 10 da Resolução n.º 75/2001 do CONANDA e a Lei n.º 8.069/1990, é possível afirmar **CORRETAMENTE** que:
- a) O chefe do Poder Executivo Municipal pode, através de lei específica, criar exceções à vedação de abreviação e prorrogação do mandato do Conselheiro Tutelar, assim como de reconduções ilimitadas ao cargo;
- b) A autoridade judiciária, avaliando caso a caso, está autorizada pelo ECA a prorrogar o mandato de conselheiros, a fim de que o município não fique sem Conselho Tutelar;
- c) A recondução consiste no direito do Conselheiro Tutelar concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais candidatos, submetendo-se ao mesmo processo de escolha, vedada qualquer outra forma de recondução;
- d) O Conselheiro Tutelar que pleiteia a recondução ao mandato está eximido de cumprir as demais condições exigidas aos outros candidatos, tais como apresentação de documentos e exames de aferição de conhecimentos.
13. A Resolução 113/2006 do CONANDA adota a seguinte definição para os Conselhos Tutelares: são órgãos contenciosos não-jurisdicionais, encarregados de "zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente", particularmente através da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e através da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis (art. 136, I e II da Lei 8.069/1990). Pode-se afirmar corretamente sobre tais órgãos o seguinte, com **EXCEÇÃO**:
- a) Os conselhos tutelares não são entidades, programas ou serviços de proteção, previstos nos arts. 87, inciso III a V, 90 e 118, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- b) As atribuições dos conselhos tutelares estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo ser instituídas novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos semelhantes de quaisquer outras autoridades;
- c) Através de lei municipal, novas atribuições poderão ser instituídas aos Conselhos Tutelares, desde que não conflitem com o ECA e a Constituição Federal Brasileira;
- d) É vedado ao Conselho Tutelar executar as medidas sócioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, salvo aquelas estabelecidas pela autoridade judiciária, por força do inciso VI do art. 136.
14. Sobre o dever do Estado em assegurar à criança e ao adolescente educação de qualidade, assinale a opção **INCORRETA**:
- a) Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, exceto para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio;
- c) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- d) Atendimento no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

15. Ainda sobre o Direito à Educação, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção **CORRETA**:
- O não-oferecimento ou a oferta irregular do ensino obrigatório pelo poder público importa responsabilidade da autoridade competente;
 - Compete ao poder público recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola;
 - É dever do Estado assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- Somente a opção I está correta;
 - Somente a opção II está correta;
 - Somente as opções I e III estão corretas;
 - Todas as opções estão corretas.
16. A competência para atuação do Conselho Tutelar é definida:
- Pelo domicílio dos pais ou responsável;
 - Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável;
 - Pela estrutura física do Conselho Tutelar;
 - Por portaria expedida pela autoridade judiciária;
 - Pela lei municipal que criou o Conselho Tutelar.
- As opções I e II estão corretas;
 - As opções I e IV estão corretas;
 - As opções III e IV estão corretas;
 - As opções I e V estão corretas.
17. Sobre o atendimento ao adolescente acusado da prática de ato infracional, leia atentamente as afirmativas abaixo e aponte a opção **CORRETA**:
- Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente.
 - O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.
 - A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
 - O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
 - O adolescente acusado da prática de ato infracional tem o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento
- As opções I, II, III e V estão corretas;
 - As opções I, II, IV e V estão corretas;
 - As opções II, III, IV e V estão corretas;
 - As opções I, III, IV e V estão corretas.
18. Analise as sentenças abaixo e aponte a opção **CORRETA**, levando em consideração quais foram as diretrizes eleitas pelo ECA para a política de garantia dos direitos infanto-juvenis:
- Municipalização do atendimento e criação e manutenção de programas específicos, observada a centralização político-administrativa;
 - Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular proporcional por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
 - Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e geridos pelo Poder Executivo;
 - Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
 - Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
- As opções I, III e V estão incorretas;
 - As opções II, IV e V estão incorretas;
 - As opções I, II e IV estão incorretas;
 - As opções I, II e III estão incorretas.
19. Sobre o Ministério Público, **NÃO** está correto afirmar que:
- Cabe a ele suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;
 - Compete-lhe promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do pátrio poder, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiões, bem como oficiar em todos os demais procedimentos da competência da Vara da Infância e Juventude;
 - Cabe a ele a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência;
 - Compete a ele instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e

- determinar a instauração de inquérito policial para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
20. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios, **SALVO**:
- A preservação dos vínculos familiares e não desmembramento de grupos de irmãos;
 - A integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
 - O atendimento personalizado e em grandes grupos;
 - A participação na vida da comunidade local e preparação gradativa para o desligamento.
21. No Brasil, segundo a LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. E o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, **SALVO**:
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - Monismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
22. Sobre o dever do Estado com educação escolar pública, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:
- O Ensino Fundamental será obrigatório e gratuito para aqueles que tiveram acesso na idade própria;
 - Será ofertada educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
 - O ensino noturno será oferecido de maneira regular para quem por ele optar;
 - Atender-se-á ao educando, no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- As opções I e II estão corretas;
 - As opções III e IV estão corretas;
 - As opções I e III estão corretas;
- d) As opções II e IV estão corretas.
23. Leia a seguinte sentença e aponte a opção **CORRETA** “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas constituições ou leis orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público”:
- A sentença está integralmente correta;
 - Na verdade, a aplicação desses percentuais será semestral e não anual;
 - A sentença traz a correta contribuição da União, mas está incorreta em relação aos estados, Distrito Federal e municípios;
 - A sentença traz a correta contribuição de estados, Distrito Federal e municípios, mas está incorreta em relação à União.
24. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, compete ao município:
- Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, independentemente das políticas e planos educacionais da União e dos estados;
 - Baixar normas suplementares para o seu sistema de ensino;
 - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
 - Oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino médio, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
25. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de, **EXCETO**:
- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
 - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos hierárquicos da sociedade com a escola;
 - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
 - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
26. A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios, **SALVO**:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Impossibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- c) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- d) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.
27. A data 20 de novembro foi instituída como Dia Nacional da Consciência Negra. Sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados; pode-se afirmar como **CORRETO** que:
- I) O conteúdo programático a que se refere esse artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional; resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil;
- II) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.
- a) Ambas as opções são verdadeiras;
- b) Ambas as opções são falsas;
- c) Somente a opção I é verdadeira;
- d) Somente a opção II é verdadeira.
28. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Sobre a sua oferta é **INCORRETO** afirmar:
- a) A Educação Infantil será ofertada em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- b) A Educação Infantil será ofertada em pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade;
- c) Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, com o objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental;
- d) Inobstante a oferta da educação infantil, cabe aos pais ou responsáveis a decisão pela matrícula de seus filhos ou pupilos.
29. Sobre o Ensino Fundamental, é **INCORRETO** afirmar:
- a) Terá duração de 9 (nove) anos e iniciar-se-á aos 6 (seis) anos de idade;
- b) Objetiva o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- c) Visa o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- d) O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, vedado às comunidades indígenas a utilização das respectivas línguas maternas nos processos de aprendizagem de âmbito escolar.
30. Sobre o Ensino Médio, leia atentamente as assertivas abaixo e marque a opção correta:
- I. O Ensino Médio é etapa final da educação básica e terá duração máxima de três anos;
- II. Tem entre suas finalidades A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina;
- III. Em todas as séries do Ensino Médio serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias.
- a) As opções I e II são verdadeiras;
- b) As opções I e III são verdadeiras;
- c) As opções II e III são verdadeiras;
- d) Todas as opções são verdadeiras.

Para as questões 31 e 32 a seguir:

Para Aldaíza Sposati, a “LOAS tem parentes distantes, talvez mais estrangeiros que brasileiros. Boa parte são de ingleses, outra de franceses, que conseguiram um acordo entre Sociedade-Estado-Mercado, na metade da década de quarenta, do século XX, após a II Guerra Mundial, para fazer nascer a proteção social de cidadania para todos, garantida por serviços públicos custeados pelo orçamento estatal, cuja receita decorre do pagamento de impostos e taxas pelo conjunto dos cidadãos. Para isso, os

impostos e as taxas têm que ser justos e incidir mais sobre quem tem mais riqueza e propriedade para poder distribuir bons serviços públicos.” *In A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*, 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2005.

31. Com base no texto e na Lei Orgânica da Assistência Social, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A assistência social é Política de Seguridade Social Contributiva;
- b) A Política de Assistência Social visa prover os mínimos sociais, através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade;
- c) Compõe a Política de Seguridade Social a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social;
- d) A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais.

32. Com base no texto e na Lei Orgânica da Assistência Social, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Assistência Social tem entre seus objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) A LOAS atribui benefícios apenas ao trabalhador formal, como modo de disciplinar e incentivar o trabalhador informal a formalizar-se;
- c) Entre os princípios está a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- d) A primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo é uma das diretrizes da assistência social.

33. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, **NÃO** é competência dos municípios:

- a) A destinação de recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- b) O pagamento dos auxílios natalidade e funeral;
- c) A execução de projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- d) A responsabilidade pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada.

34. Ainda segundo a [Lei n.º 8.742/1993](#), é competência dos estados:

- a) Apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;
- b) Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;
- c) Atender isoladamente às ações assistenciais de caráter de emergência;
- d) A criação de programas de amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no [art. 227 da Constituição Federal](#) e na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#).

35. Sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social, analise as sentenças abaixo e aponte a alternativa **INCORRETA**:

- I. São órgão consultivos, criados por lei municipal específica;
 - II. São órgãos de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil;
 - III. Referidos Conselhos têm entre suas competências a de acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
 - IV. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social está condicionada à prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social.
- a) Somente as opções I e II estão corretas;
 - b) Somente as opções I e III estão corretas;
 - c) Somente as opções II e IV estão corretas;
 - d) Somente as opções III e IV estão corretas.

36. Sobre o Benefício da Prestação Continuada (BPC), é **CORRETO** afirmar:

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família;
- b) Até que seja alcançada a *per capita* familiar de ¼ do salário mínimo vigente, é possível a um mesmo beneficiário acumular benefícios de naturezas diversas;
- c) O internamento prolongado em entidades e organizações de assistência social cessa o direito ao BPC;
- d) O deferimento do BPC confere ao beneficiário a condição de aposentado

37. Muito se tem questionado judicialmente, em todo o país, sobre a adequação dos critérios eleitos pela Lei para a concessão do Benefício da Prestação Continuada e sobre o seu valor. Qual desses **não** pode ser apontado como um dos requisitos para o deferimento do benefício:
- Situação de deficiência caracterizada como aquela incapacitante para a vida independente e para o trabalho;
 - Idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;
 - Falta de conclusão do Ensino Fundamental;
 - Exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.
38. Em relação à Política Nacional de Assistência Social:
- Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a execução exclusiva da Política Nacional de Assistência Social;
 - Na esfera municipal, a Política de Assistência Social é atribuição da primeira-dama;
 - Cabe à Presidência da República a proposição, ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Política Nacional de Assistência Social;
 - A Política Nacional de Assistência Social conterá, além de suas normas gerais, os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos.
- As opções I, II e III estão incorretas;
 - As opções I, II e IV estão incorretas;
 - As opções II, III, e IV estão incorretas;
 - As opções I, III e IV estão incorretas.
39. Não cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:
- Elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da seguridade social;
 - Efetuar o pagamento dos benefícios de prestação continuada;
 - Prestar assessoramento técnico aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às entidades e organizações de assistência social;
 - Articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas.
40. Sobre o Conselho Municipal de Assistência Social, aponte a sentença **INCORRETA**:
- O Conselho Municipal de Assistência Social é instância deliberativa de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil;
 - O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social;
 - Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades e organizações de assistência social;
 - A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS